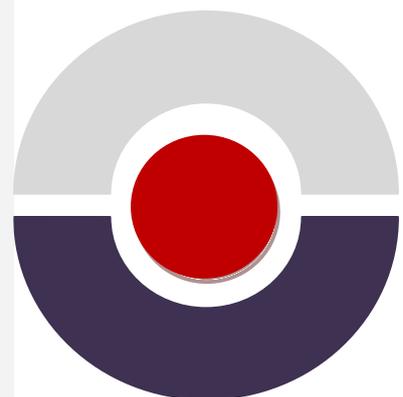
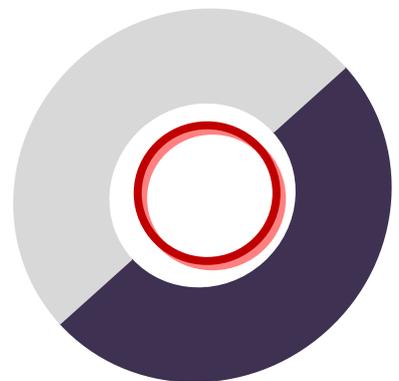


Plano de Desenvolvimento Social



| Ficha Técnica

Núcleo Executivo

| APCV - Associação de Paralisia Cerebral de Viseu

| Câmara Municipal de Viseu

| Cáritas Diocesana de Viseu

| Centro Distrital de Viseu - ISS, I.P.

| Delegação de Viseu - Cruz Vermelha Portuguesa

| EAPN Portugal, Núcleo Distrital de Viseu

| União Distrital das IPSS

Janeiro 2013

| Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Município de Viseu

Foi grande o desafio assumido em 12 Junho de 2008! O objetivo de reunir um conjunto vasto de Instituições, com trabalho reconhecido e meritório, numa rede competente e eficaz, assertiva, proactiva e disponível para contribuir para o desenvolvimento das potencialidades do nosso território e da sua população, incrementando a sua natural tendência enquanto território justo, coeso e solidário.

O desafio foi superado! A Rede Social de Viseu tem vindo a crescer continuamente, com a adesão permanente de novas entidades parceiras, o que muito nos apraz registar, considerando que é o resultado das opções que fizemos quanto aos princípios e aos caminhos que deveríamos seguir.

É apanágio da nossa gestão municipal trabalhar tendo como base o planeamento estratégico. Também nesta matéria assim nos comprometemos. Definimos desde a primeira hora como ponto de partida, fundamental para o desenvolvimento da ação da rede social, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, documento que reflete a realidade social do concelho de Viseu e permite a definição da estratégia de desenvolvimento nessa área, possibilitando definir, com maior acuidade, princípios e caminhos a seguir no futuro.

O modelo de intervenção social que desejamos para o Município de Viseu, baseia-se na promoção da qualidade de vida e da coesão social, apoia-se essencialmente no incentivo e recurso a parcerias com outras entidades públicas e, sobretudo, com entidades privadas sem fins lucrativos, privilegiando o trabalho em rede – Rede Social – que agrega os principais atores nas áreas em apreço.

A política de ação social do Município de Viseu tem por objetivo todos os grupos etários da nossa Comunidade, as suas carências e disfunções sociais, procuramos construir as bases para uma área geográfica e um núcleo humano capaz de gerir racionalmente os

seus recursos, criar riqueza e promover sustentadamente a melhoria continuada das condições de vida, na certeza de que o desenvolvimento social pode ser potenciado com base na promoção de parcerias, através de uma racional e efetiva partilha de competências num quadro de unidade e coesão territorial.

A estratégia de desenvolvimento de Viseu vem sendo definida com todas as forças vivas do Município e, como tal, sujeita a acertos e alterações.

Estamos convictos de que o trabalho em rede apoiado neste documento estratégico nos levará a bom porto, tanto mais assertivamente quanto maior for o grau de proximidade, participação e partilha que consigamos construir.

Não podemos deixar de referir que a gestão municipal se tem focalizado na promoção de projetos e ações, que considera como fundamentais e que estão voltadas para a promoção do bem-estar físico, psíquico e social do indivíduo, elegendo a valorização da vida e a qualidade de vida como diretrizes para o desenvolvimento das mesmas.

Ao proporcionar o acesso à satisfação das necessidades básicas, como a alimentação, a habitação, o acesso ao desporto e cultura, promovendo a fixação de investimento e consequente criação de emprego, o Município garante o desenvolvimento sustentável, reduzindo a vulnerabilidade ou aumentando a resistência das pessoas aos riscos.

O desenvolvimento de Viseu privilegia, pois, ações sociais e educacionais como um todo e de forma contínua, dirigidas a todas as classes etárias, envolvendo valores universais que presidem um verdadeiro progresso social, a saber: tolerância, solidariedade, paz, justiça e direitos humanos.

Para que este progresso seja verdadeiro, tem que se basear no respeito pelas diferenças e na recusa a toda e qualquer discriminação – princípio democrático elementar, que Viseu procura cultivar.

Viseu procura ser um território solidário e inclusivo.

Viseu está, confiadamente, no bom caminho. Segue, com segurança, os trilhos do progresso e do crescimento harmonioso, baseado do espírito vivo e fraterno das suas gentes que a tornam uma terra onde dá gosto viver.

Viseu é um concelho rico em património histórico, manifestando grande preocupação também com a qualidade da oferta da agenda cultural.

Viseu é considerado, por uma entidade externa independente, a “melhor cidade portuguesa para Viver”.

Fernando Carvalho Ruas

Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do CLAS Viseu

O nosso propósito é trabalhar juntos na promoção da cidadania. Estamos em rede porque acreditamos que é a melhor forma de organizar as respostas sociais. Diversificam-se os olhares, aprofunda-se a capacidade de ver a realidade, alcança-se a multiplicidade da factualidade típica. Pessoas e famílias, instituições sociais e económicas, escolas e serviços públicos estão no centro da vivência e da emergência problemática. Fragilidades pessoais e sociais, precariedade material ou funcional, conseqüente desconhecimento de direitos e situações de desigualdade de oportunidades foram captados, diagnosticados e perspetivados no horizonte do desenvolvimento socioeconómico.

A defesa dignidade humana é o sentido da política social. Impõe-se acorrer às dificuldades de momento e prestar a assistência pontual. Mas a dinâmica de fundo será marcada por ações tendentes ao estabelecimento de mínimos vivenciais. Se a sua generalização é o objetivo primeiro, cumpre depois também fazer um esforço para a sua maximização à custa da distribuição das dificuldades por todos ou do aumento da capacidade produtiva da comunidade. Reconduzir a vida às nossas possibilidades não parece ter alternativa.

Como quer que seja, múltiplas serão sempre as vias para a busca dos equilíbrios sociais. De conteúdo mais sentimental e ação mais individual ou racionalmente organizada e institucionalmente concretizada, a intencionalidade ética está sempre presente no objetivo de realização do bem comum. Cada um tem a sua missão: como ser humano, membro da família ou grupo local, como cidadão, colaborador institucional ou servidor público. Não sendo a comunidade, porém, o mero somatório aritmético da ação individual, é de todos que sobretudo se espera a harmonização coletiva para o desempenho que nos identifique como um todo.

Esse é o caminho que escolhemos. Estamos a reunir instituições. Precisamos de todas, principalmente daquelas que ainda não aderiram à nossa rede social de solidariedade. Instituições sobretudo de fins altruísticos, é certo, da economia social ou iniciativas solidárias. Mas as demais também são necessárias, mesmo de quadrantes aparentemente incongruentes ou incompatíveis, como é o caso da economia de mercado e suas empresas. E não porque já aí se apele correntemente à responsabilidade social, o que é bom, mas há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de um alargamento e um aprofundamento da vertente relacional com a comunidade, vivendo e comungando das suas potencialidades, mas também das suas fragilidades. Aí pode a instância estatal ter um papel decisivo, assumindo as medidas de política com o mais sério e profundo sentido ético do bem comum temporalmente globalizado. Esses deverão ser os ditames da economia, para a qual se devem orientar os recursos financeiros bastantes, de forma a criar postos de trabalho geradores dos rendimentos indispensáveis ao quotidiano das pessoas e das famílias.

A verdade é que, hoje em dia, o emprego é o principal instrumento de política social. Para além de expressão da liberdade individual e afirmação cívica de pertença da pessoa a um coletivo, representa o mais importante mecanismo a que os cidadãos recorrem para obtenção de recursos materiais. É um fator básico de crescimento económico, assumindo um papel determinante na entrada ou saída das pessoas e famílias de situações de vulnerabilidade. O emprego está, como não podia deixar de ser, no centro das nossas preocupações e daí a sua inserção no Plano de Desenvolvimento Social. O ambiente envolvente dos centros promotores de postos de trabalho – empresas do mercado, instituições sociais e serviços públicos – merecem atenção e propostas de ação, designadamente quanto a pressupostos de educação de base, conteúdos habilitacionais científicos e tecnológicos ou formação profissional ao longo da vida. Tudo isso, obviamente, reconduzido ao indispensável acompanhamento social das famílias e das pessoas, sobretudo em situações de necessidades acrescidas de ordem social, pessoal ou de elementares carências materiais.

O nosso plano não é uma manifestação regulamentar. É vontade própria, construção autónoma, proposta de trabalho autêntica: localização de arredores sociais e esboço de múltiplos itinerários de saída para a cidadania; auto reconhecimento de desequilíbrios vários e predisposição para unir vontades e capacidades; sinalização de dificuldades individuais ou comuns e proclamação de formas de superação. Não é um projeto a termo. Trata-se de uma missão de percurso. Um caminho sem distância, combate sem tréguas ao individualismo e hedonismo, uma busca permanente do horizonte social – o bem comum!

Hermínio Loureiro de Magalhães

Mensagem do Exmo. Sr. Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu

No ano em que se comemora o Ano Europeu dos Cidadãos é importante que se faça uma reflexão sobre a consciência dos direitos dos cidadãos, no sentido de uma corresponsabilização efetiva pela construção de políticas sociais direcionadas para o bem-estar coletivo.

Face ao contexto económico atual em que se encontra a União Europeia, a mudança de paradigma passa pelo reconhecimento das capacidades individuais sustentadas pelo poder do empreendedorismo social.

Através da capacidade empreendedora de gerar mudanças que conduzam à criação de respostas inovadoras que vão ao encontro direto das necessidades do indivíduo/grupos, podem, em contexto da Rede Social, ser encontradas soluções locais de desenvolvimento social tendo em conta os eixos/problemáticas definidos no Diagnóstico Social.

No que diz respeito ao CLAS de Viseu e decorrente da análise conjunta do constante no Diagnóstico Social levado a cabo pelos parceiros no Concelho de Viseu, sobressaem 3 grandes eixos de intervenção, nomeadamente, grupos vulneráveis: Saúde e Segurança; Equipamentos Sociais; Emprego e Atividade Económica.

Neste sentido o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Atividades para o ano de 2013 visam concretizar um conjunto de atividades e ações que promovam uma intervenção em rede junto da população idosa, famílias em situação ou risco de exclusão, minorias étnicas, imigrantes, sem-abrigo e indivíduos com comportamentos aditivos.

É fundamental, também não esquecer, o quão importante é a intervenção do tecido empresarial, numa lógica de promoção da responsabilidade social e da sustentabilidade das empresas, não perdendo de vista a valorização da escolaridade/formação e

promoção da qualificação dos indivíduos, adequando as respostas formativas às necessidades da população e desse tecido empresarial.

Joaquim Ferreira Seixas

ÍNDICE GERAL

Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Município de Viseu	III
Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do CLAS Viseu	VI
Mensagem do Exmo. Sr. Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu	IX
1 Introdução	2
2 Caracterização do Concelho	3
3 Metodologia	3
4 Eixos de intervenção	6
4.1 Grupos Vulneráveis/ Saúde e Segurança	6
4.2 Equipamentos Sociais	13
4.3 Emprego e atividade económica	17
4.4 Educação, Formação e Qualificação	21
5 Conclusão	24

1 | INTRODUÇÃO

O programa da Rede Social foi implementado pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97 de 18 de Dezembro e regulamentada pelo D. L. 115/2006 de 14 de Junho. Teve como objetivo principal fortalecer o conceito de trabalho em rede entre as instituições sociais de cada concelho, desenvolvendo um espírito que se traduzisse na procura de soluções em conjunto para promover e desenvolver o concelho no que ao nível local diz respeito. Uma rede social funciona a partir do momento em que a maioria das instituições sociais de um concelho fazem parte da mesma. Neste sentido foi constituído o CLAS Viseu que reúne em Plenário trimestralmente e que conta com um Núcleo Executivo, que operacionaliza todo o trabalho do CLAS.

Os parceiros da rede social aderem de forma livre, comprometendo-se no entanto a estar presentes e participar na medida do possível nos desígnios da mesma.

O objetivo é erradicar a pobreza e exclusão social em cada território, promovendo o bem-estar de todos e permitindo a participação de um conjunto suficientemente representativo de parceiros que atuem na área social local.

O CLAS Viseu foi criado em Junho de 2008 e tem atualmente 131 parceiros.

Neste período foram construídos diferentes instrumentos de análise, nomeadamente o pré-diagnóstico social e o diagnóstico. A metodologia utilizada para construção destes documentos contou com a participação de parceiros formais e de outros informais, bem como a análise de dados estatísticos relativos ao concelho e procurou priorizar as problemáticas e áreas de intervenção evidenciadas no pré-diagnóstico.

O presente texto visa apresentar o Plano de Desenvolvimento Social para o concelho de Viseu nos próximos anos. Esta é a etapa seguinte depois da produção dos dois instrumentos acima referidos. Aqui pretende-se encontrar estratégias para dar resposta ao que foi produzido anteriormente, de forma a ter um plano de ação que promova o desenvolvimento social do território em análise.

2 | Caracterização do Concelho.

Viseu é o concelho capital do distrito com o mesmo nome, fazendo parte da região Dão Lafões. Tem, segundo os Censos 2011, uma população de 99274 habitantes, verificando-se um crescimento de 5773 indivíduos face aos Censos 2001, em que apresentava um total de 93501 habitantes. Isto deve-se essencialmente ao fato de ser um Município com vários estabelecimentos de ensino superior e onde estão concentrados grande parte dos serviços no distrito.

Deste modo, o concelho caracteriza-se como um centro administrativo, de comércio e de serviços. O setor terciário é o mais relevante e ocupa 82% da população ativa, o que revela uma forte dependência deste setor. Possui um hospital central, ensino superior, ensino básico e secundário privado e público. Destacam-se grandes áreas comerciais, através de grandes centros comerciais e comércio tradicional, a banca, os seguros, entre outros. O setor agrícola ocupa apenas 2% da população ativa, em especial na produção hortícola, fruta, designadamente maçã e viticultura, especialmente os vinhos maduros DOC Dão. O setor secundário, com uma atividade centrada em empresas de pequena e média dimensão, ocupa 16% da população ativa. A indústria viseense produz essencialmente têxteis e têxteis lar, mobiliário, metalurgia, máquinas e equipamentos industriais e componentes automóveis. É igualmente importante a indústria da construção civil.

3 | Metodologia

Sendo o Plano de Desenvolvimento Social um documento no qual se definem estratégias de intervenção social, a aposta recaiu na definição conjunta e concertada de objetivos e estratégias prioritárias, que permitam a promoção do desenvolvimento social local, com recurso a uma metodologia participativa e livre por parte dos atores locais, à semelhança dos anteriores documentos da Rede Social de Viseu.

A estratégia a adotar na construção deste Plano de Desenvolvimento Social vai de encontro às metodologias participativas utilizadas, definido conjuntamente pelo Núcleo Executivo da Rede Social e por todos os parceiros membros da mesma.

Após aprovação do Diagnóstico Social e com base nas problemáticas identificadas, foram definidos quatro eixos de intervenção prioritária, bem como os objetivos gerais e específicos respeitantes a cada um dos eixos, conforme quadro síntese que se apresenta a seguir.

Eixo 1 – Grupos Vulneráveis / Saúde e Segurança;

Eixo 2 – Respostas Sociais;

Eixo 3 – Emprego e Atividade Económica;

Eixo 4 – Educação, Formação e Qualificação.

Assim, para a definição de estratégias a adotar no PDS foi realizado um workshop com parceiros do Conselho Local de Ação Social de Viseu e outros atores locais.

Foram constituídos dois grupos de trabalho, aos quais os facilitadores explicaram a metodologia a utilizar, solicitando aos participantes a identificação de uma estratégia de operacionalização para cada um dos objetivos específicos definidos em cada eixo, sendo utilizada para tal a metodologia *Nuvem de Problemas*.

Posteriormente foi feita a avaliação das propostas apresentadas com o objetivo de reformulação das mesmas de forma a facilitar a sua operacionalização e foram, ainda, identificados pelos parceiros alguns recursos disponíveis.

Após a definição das estratégias foi construída uma grelha síntese que serviu de base à elaboração do PDS, com identificação das metas, indicadores de impacto, público-alvo, recursos e fontes de verificação.

Em cada ano de vigência do PDS é elaborado um Plano de Ação, que é acompanhado ao longo do seu processo de execução, sendo monitorizado e avaliado com vista à reformulação das ações, promovendo o desenvolvimento social integrado e adequando as mesmas às necessidades reais de população alvo.

Plano de Desenvolvimento Social

Eixo 1 – Grupos Vulneráveis / Saúde e Segurança

- Promover a qualidade de vida dos idosos
- Combater o isolamento
- Promover o envelhecimento activo
- Criar respostas de apoio às famílias em situação ou risco de exclusão
- Promover a articulação institucional ao nível das minorias étnicas e emigrantes
- Prevenir o uso /abuso de substâncias ilícitas e de bebidas alcoólicas

Eixo 2 – Equipamentos Sociais

- Criar respostas no âmbito da saúde mental
- Qualificar os Dirigentes e Técnicos para alargar a sua tipologia de intervenção social
- Formação, exemplos de boas práticas, disseminação de boas práticas intencionais
- Implementar uma cultura de planeamento conjunto e promover a articulação institucional

Eixo 3 – Emprego e actividade económica

- Promover o empreendedorismo e as iniciativas empresariais (expl. Projectos de turismo)
- Promover a responsabilidade social e sustentabilidade das empresas
- Promover a qualificação da economia social

Eixo 4 – Educação, formação e qualificação

- Adequação das respostas formativas às necessidades da população e do tecido empresarial
- Promover a valorização da escolarização/ formação

4|Eixos de intervenção

4.1 | Grupos Vulneráveis/ Saúde e Segurança

De acordo com os dados fornecidos pelo INE em 2050 cerca de 80% da população portuguesa está envelhecida e dependente, situando-se a idade média perto dos 50 anos. Ao longo dos anos tem-se verificado um decréscimo da taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida.

Assim, torna-se imperativo desenvolver ações que promovam condições para que as pessoas possam envelhecer com qualidade, inculcando estilos de vida saudável, uma participação ativa enquanto cidadão, criando uma rede voluntária de suporte e combate ao isolamento.

A imigração ocorre por diversas razões, mas talvez a mais recorrente advém de questões económicas. Os movimentos de imigrantes tornam difícil a sua integração social quanto maior for o número de pessoas nessas condições, podendo derivar em situações de exclusão social provocadas pela clandestinidade e associação a grupos marginais organizados.

Face às condições atuais que se nos apresentam, parece ser pertinente uma atuação integrada junto de uma população em risco de exclusão, podendo abranger minorias étnicas, bem como pessoas em situação de imigração.

O problema do alcoolismo afeta um elevado número de pessoas e diz respeito não só ao bebedor como à sua família, pois o comportamento de consumos excessivos interfere diretamente com as dinâmicas e relações familiares e prevenir o uso/abuso do consumo de substâncias ilícitas e de bebidas alcoólicas, são também objetivos determinados para a execução de atividades no âmbito deste eixo.

Eixo 1 – Grupos Vulneráveis/ Saúde e Segurança					
Estratégias	Metas	Indicadores de Impacto	Público-alvo	Recursos Humanos e Materiais	Fontes de Verificação
E101 -Promover a qualidade de vida dos idosos					
1. Constituir dois grupos de apoio (voluntários) com enquadramento técnico institucional com o objetivo de promover melhor qualidade de vida e um envelhecimento ativo	2 grupos até final de 2012	Nº de grupos constituídos	Candidatos a voluntários	Núcleo Executivo (EAPN) e parceiros do CLAS	Relatório de execução e avaliação das ações desenvolvidas
2. Elaborar um estudo aprofundado sobre o número de idosos que necessitam e pretendem ter acompanhamento de voluntários.	Concluir o estudo até Junho de 2012	Número de Idosos abrangidos	Idosos do Concelho em situação de isolamento e dependência	Presidentes de Junta, ANAPR, GNR e IPSS's	Inquéritos aplicados
3. Facilitar o acesso a programas de apoio à (re)qualificação habitacional.	NR	NR	NR		
4. Alargar, diversificar e divulgar as respostas das universidades seniores.	2012	USAVIS		Núcleo Executivo e USAVIS	

5. Criar um programa de interajuda entre os idosos e estudantes, numa lógica de partilha.	2014	Um total de 10 idosos e 10 jovens em 2014	Idosos identificados no estudo do eixo 1 do objetivo 1 e estudantes do ensino superior	Parceiros da Rede, Núcleo Executivo e instituições do ensino superior	Candidaturas efetuadas
6. Promover formação e qualificação dos trabalhadores das Instituições que trabalham com públicos idosos.	Promover anualmente duas ações de formação	Número de ações	Técnicos e auxiliares das instituições	Núcleo Executivo, formadores e outros parceiros do CLAS	Planos de formação
7. Promover a eliminação de barreiras arquitetónicas					
8. Reforçar as respostas existentes ao nível da ocupação dos tempos livres dos idosos.	Criação de um espaço lúdico intergeracional em 2013	Espaço criado	População do Concelho	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Relatório de execução e avaliação das ações desenvolvidas
9. Constituir um grupo de trabalho com vista à elaboração de propostas de ação na área da política social ligada aos idosos	Constituir um grupo de trabalho em 2012	Grupo de trabalho	Idosos do Concelho	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Atas das reuniões realizadas
9.1 Criar redes de ligação entre os técnicos das instituições, no sentido de dar a conhecer as necessidades dos idosos.					
9.2 Sensibilizar as famílias para acolhimento dos seus membros.					

E102 - Criar respostas de apoio às famílias em situação ou risco de exclusão					
1. Elaborar um estudo/diagnóstico para conhecimento rigoroso desta população, através da aplicação de técnicas de investigação junto dos profissionais que intervêm nesta área (equipas de RSI, CPCJ, EMAT, equipas tutelares, GASSF, NIS, HABISOLVIS) com vista à criação de uma estrutura de articulação/resposta integrada entre as diferentes entidades.	A concluir até ao primeiro trimestre de 2013	N.º de indivíduos/famílias abrangidos	Famílias em situação de risco de exclusão social do Concelho	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Inquéritos aplicados
2. Organizar uma acção de sensibilização dirigida às instituições dando a conhecer boas práticas (exemplo: CAFAP)	Organizar uma acção no terceiro trimestre de 2013	N.º de organizações participantes na acção de sensibilização	Instituições do Concelho	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Fichas de inscrição dos participantes
3. Potenciar uma estrutura integrada que permita a capacitação das famílias numa perspetiva multidisciplinar.	Constituição de grupo de trabalho até ao quarto trimestre de 2013	N.º de famílias abrangidas	Famílias em situação de risco de exclusão social do Concelho	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Relatório de execução e avaliação

E103 -Promover a articulação institucional ao nível da intervenção com minorias étnicas e imigrantes					
1. Elaborar um estudo/ diagnóstico no sentido de conhecer as instituições que intervêm nesta área (SEF, Cáritas, Associações de Imigrantes, HABISOLVIS, Centro Social Paroquial São José, Casa do Povo de Abraveses e ISS,IP C. Dist. Viseu).	2012	N.º de instituições abrangidas no estudo	Instituições participantes	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Questionários/Inquéritos
2. Elaborar uma base de dados a partir da qual se conheça o número de pessoas pertencentes a minorias étnicas e imigrantes.	2014	Base de dados	Minorias étnicas e imigrantes	Parceiros do CLAS	Base de dados construída
3. Realizar ações de informação/workshop/Seminários para divulgação de boas práticas já existentes na área dos imigrantes e minorias étnicas.	Uma ação no Segundo Semestre de 2012,uma ação em 2013 e uma ação em 2014	N.º de ações realizadas	População do Concelho	EAPN e Núcleo Executivo	N.º de inscrições
4. Criar e divulgar programas de acolhimento dirigido aos imigrantes: Aprendizagem da língua/ conhecimento de especialidades culturais do país que os acolhe.	2013	N.º de imigrantes envolvidos	Imigrantes	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	N.º de inscritos nos programas

5. Realizar ações de formação destinadas aos Técnicos no âmbito da Intervenção Social com minorias étnicas e imigrantes.	2014	N.º de técnicos participantes	Técnicos	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	n.º de participantes
E104 -Prevenir o uso/ abuso de substâncias ilícitas e de bebidas alcoólicas					
1. Elaborar um estudo que permita conhecer as ações de prevenção desenvolvidas pelas diferentes estruturas existentes no concelho.	2014	N.º de ações de prevenção estudadas	Estruturas do Concelho que desenvolvem ações no âmbito da prevenção	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Estudo concluído
2. Organizar ações de sensibilização/informação de prevenção, dirigidas aos diferentes grupos etários nomeadamente junto das escola e dinamizadas por figuras públicas.	1 ação em 2013 1 ação em 2014	N.º de ações desenvolvidas	População em Geral do concelho e comunidade geral	Núcleo Executivo, parceiros do CLAS que desenvolvem trabalho na área e escolas	Lista de presenças
3. Criar espaços abertos onde as pessoas/famílias possam conviver, receber informação serem aconselhadas sobre o uso/abuso de substâncias ilícitas e de bebidas alcoólicas.	2014	N.º de espaços criados e de pessoas envolvidas	População do Concelho	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Relatório de execução
3.1 Organizar núcleos de desporto, música e artes.					

4. Promover o voluntariado para jovens no sentido de se sentirem ocupados, integrados e úteis na sociedade.	2014	N.º de Voluntários inscritos no programa	Jovens do concelho	Núcleo Executivo e EAPN	Fichas de inscrição
5. Divulgar a legislação em vigor e incentivar a denúncia de práticas ilegais.	2012	N.º de ações desenvolvidas	População do Concelho	Núcleo executivo e parceiros do CLAS	Panfletos e cartazes, reuniões, notícias, entre outros

4. 2| Equipamentos Sociais

Áreas como a saúde mental e a deficiência apresentam-se como problemáticas cuja intervenção exige, dos Técnicos e dos Serviços com responsabilidade na matéria, uma atitude de envolvimento criativa, que permita promover atividades que visem a criação de respostas alternativas e inovadoras às tipificadas e que promovam a discussão de formas de intervenção adequadas às necessidades reais dos cidadãos.

Qualificar dirigentes, técnicos e outros colaboradores alargando a sua tipologia de intervenção na área da saúde mental e deficiência, promover a organização de fóruns de reflexão incidindo nos temas da articulação interserviços e da rentabilização de recursos, são algumas das ações previstas que poderão conduzir à mudança de comportamento na área da saúde mental e da deficiência.

Pretende-se ir ao encontro das necessidades reais do cidadão e seus familiares, nomeadamente em áreas cuja cobertura pelas instituições públicas ainda está aquém das necessidades, envolvendo grupos intergeracionais, criando laços afetivos e de responsabilidade moral e social.

Eixo 2 - Equipamentos Sociais					
Estratégias	Metas	Indicadores de Impacto	Público-alvo	Recursos Humanos e Materiais	Fontes de Verificação
E201 - Implementar tipologias inovadoras na área da saúde mental					
1. Realizar o levantamento de boas práticas nesta área, a nível das instituições: <ul style="list-style-type: none"> - Nº de utentes - Tipo de apoio - Que ocupação - Que recursos podem disponibilizar 	2012	N.º de instituições inquiridas	Instituições do Concelho	Núcleo Executivo e IPSS (Abraveses e S. Pedro de France)	Levantamento realizado
2. Organizar sessões de informação na área de saúde mental utilizando como recursos jornais, revistas, boletins, párcos ...	1 Sessão em 2013 1 Sessão em 2014	N.º de ações desenvolvidas	População do Concelho	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Panfletos e cartazes, reuniões, notícias, entre outros

3. Criar ateliers ocupacionais nas freguesias.	1 atelier em 2013 1 atelier em 2014	N.º de ateliers criados	População-alvo	Núcleo Executivo, parceiros do CLAS e Juntas de Freguesia	Relatório de atividades dos ateliers
E202 -Qualificar os Dirigentes e Técnicos de IPSS's/ Misericórdias e ONG's para alargar a sua tipologia de intervenção social					
1. Divulgar e promover formação com vista à disseminação de boas práticas institucionais e/ou individuais na área da deficiência e doença mental	2013	N.º de ações de formação realizadas	Dirigentes e técnicos das IPSS's	Núcleo Executivo, parceiros do CLAS e APCV	Relatórios das ações
2. Organizar encontros temáticos e estimular parcerias concertadas.	1 encontro em 2013 1 encontro em 2014	N.º de encontros realizados	Dirigentes e técnicos das IPSS's	Núcleo Executivo, parceiros do CLAS e APCV	Relatório dos encontros
3. Criar estruturas integradas (nos equipamentos já existentes) de resposta aos cidadãos com doença mental, reforçando as equipas técnicas das IPSS para que possam integrar nas respostas tradicionais os cidadãos com doença mental	2014	N.º de estruturas criadas	Dirigentes e técnicos	Associação de Abraveses, São Pedro de France; Núcleo Executivo e outros parceiros	Respostas criadas e n.º de pessoas abrangidas

E203 -Implementar uma cultura de planeamento conjunto e promover a articulação institucional e racionalização de recursos					
1. Organizar fóruns de reflexão.	1 Fórum em 2012 1 Fórum em 2013 1 Fórum em 2014	N.º de fóruns realizados	Técnicos e dirigentes	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Atas e relatórios
E204 -Implementar tipologias inovadoras de intervenção/ respostas na área da deficiência					
1. Criar ateliers ocupacionais nas freguesias rurais e periurbanas com aproveitamento dos recursos existentes, nomeadamente o voluntariado com o enquadramento técnico devido.	Estratégia repetida e transversal				
2. Organizar sessões de informação na área da deficiência.	1 Sessão em 2012 1 Sessão em 2013 1 Sessão em 2014	N.º de sessões	População do Concelho	APCV, Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Folhas de presença
3. Criar grupos de apoio aos cuidadores (grupos de autoajuda) envolvendo as Associações juvenis da área.	1 Grupo de apoio em 2013 e 1 em 2014	N.º de grupos criados	Cuidadores	APCV, Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Relatório de atividades dos Grupos

4. 3 | Emprego e Atividade Económica

O emprego é um dos principais garantes de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, podendo dizer-se que se pode aferir da capacidade de uma sociedade desenvolver-se pela sua aptidão para gerar emprego e, a partir daí, desenvolvimento económico, estando ambos interligados.

Como tal, esta foi uma das principais áreas abordadas no diagnóstico social, tendo-se destacado as seguintes problemáticas:

- Níveis baixos de qualificação;
- Taxa de desemprego de longa duração elevada, embora ligeiramente inferior à média nacional;
- Falta de recursos para a criação de postos de trabalho;
- Empresas em número insuficiente;
- Crise económica global que influencia as sociedades numa escala mais micro.

Desta forma, é importante encontrar medidas que, não solucionando, minimizem os estragos que o aumento da taxa de desemprego tem causado e o impacto que tem tido nos residentes no concelho de Viseu.

Eixo 3- Emprego e Atividade Económica					
Estratégias	Metas	Indicadores de Impacto	Público-alvo	Recursos Humanos e Materiais	Fontes de Verificação
E301 -Promover o empreendedorismo e as iniciativas empresariais					
1.Organizar sessões de divulgação de boas práticas na área do empreendedorismo	2013	Nº de sessões	População do Concelho	IEFP	Lista de presenças
2.Promover a criação de um grupo de acompanhamento para a elaboração de projetos de criação do próprio emprego	2013	N.º de pessoas acompanhadas	População do Concelho	IEFP, Escola Superior de Tecnologia de Viseu, Núcleo Executivo e parceiros	N.º de técnicos envolvidos e n.º de inscrições
3.Criar um site onde se divulgue casos de sucesso ou ações que se pretendam implementar.	2014	Nº de casos de sucesso e ações divulgadas	População do Concelho	IEFP e Núcleo Executivo	Site construído e n.º de visitas ao site

E302 -Promover a responsabilidade social e sustentabilidade das Empresas					
1.Promover a sensibilização e informação dirigida às empresas para a responsabilidade social.	2012	N.º de empresas aderentes	Empresas do Concelho	Núcleo executivo, GASSF, AIRV e Associação Comercial	Site construído e n.º de visitas ao site
2.Definir critérios de admissão ao CLAS de entidades com fins lucrativos, viabilizando a sua admissão e participação ativa no CLAS.	2012	Nº de empresas aderentes	Empresas do concelho	Núcleo Executivo, GASSF, AIRV e Associação Comercial	Site construído e n.º de visitas ao site
3.Criar um regulamento para oferta de um prémio de mérito.	2013	N.º de empresas aderentes	Empresas do Concelho	Núcleo Executivo	Regulamento aprovado
E303 -Promover a qualificação e sustentabilidade da economia social					
1.Organizar fóruns de reflexão sobre empreendedorismo e inovação social (ONG's e IPSS's)	1 Fórum em 2013 1 Fórum em 2014	N.º de Fóruns realizados	ONG's e IPSS's	Núcleo Executivo e parceiros do CLAS	Relatório das atividades realizadas nos Fóruns

<p>2.Promover a formação específica, na área da economia e gestão, dirigida aos responsáveis das IPSS's.</p>	<p>1 Ação de formação em 2012 1 Ação de formação em 2013 1 Ação de formação em 2014</p>	<p>N.º de formandos</p>	<p>Dirigentes das IPSS's e Diretores técnicos</p>	<p>Núcleo Executivo e parceiros do CLAS</p>	<p>Planos de formação</p>
<p>3.Promover Sessões de Informação para divulgar as várias respostas do IEFP, I.P.</p>	<p>1 Sessão em 2012 1 Sessão em 2013 1 Sessão em 2014</p>	<p>N.º de sessões de informação</p>	<p>ONG's e IPSS's</p>	<p>Núcleo Executivo e IEFP</p>	<p>Relatório das sessões de informação</p>
<p>4.Criação e implementação de modelos de avaliação das iniciativas desenvolvidas no âmbito do terceiro sector</p>	<p>Atendendo às especificidades de cada instituição este modelo deve ser criado pelas próprias</p>				

4.4 | Educação, Formação e Qualificação

A Educação e a Formação nas suas diferentes vertentes são elementos chave de desenvolvimento social e económico de uma sociedade. Torna-se fundamental promover a valorização da escolarização e o reforço da qualificação e da formação como elemento importante na promoção do indivíduo na sua dimensão social e profissional.

As ações a desenvolver terão como objetivo combater o abandono escolar nos níveis médio e superior de Ensino e o reforço da qualificação profissional. Pretende-se criar mecanismos de informação e motivação e ao mesmo tempo apostando em cursos predominantemente orientados para a vida ativa e o reforço das competências em áreas como o empreendedorismo, o autoemprego, entre outras.

Assim, este PDS pretende enfatizar as seguintes problemáticas:

- Abandono escolar, nomeadamente a partir do 3º ciclo;
- Oferta formativa muitas vezes inadequada aos novos desafios da empregabilidade;
- Fraca valorização da aquisição de competências por parte da comunidade escolar;
- Baixas habilitações académicas da comunidade.

Eixo 4- Educação, Formação e Qualificação					
Estratégias	Metas	Indicadores de Impacto	Público-alvo	Recursos Humanos e Materiais	Fontes de Verificação
E401 -Adequar as respostas formativas às necessidades da população e do tecido empresarial					
1. Elaborar estudo/ diagnóstico sobre as necessidades de qualificação de recursos humanos junto do tecido empresarial através da aplicação de questionários, adequando os planos de formação profissional às necessidades diagnosticadas.	2013	N.º de empresas abrangidas	Tecido empresarial e entidades formadoras	Núcleo Executivo, IEFP, AIRV e outros parceiros do CLAS	Estudo elaborado
E402- Promover a valorização da escolarização/ formação					
1. Desenvolver ações dirigidas à comunidade escolar	1 Ação em 2012 1 Ação em 2013 1 Ação em 2014	Nº de ações realizadas	Comunidade escolar	Núcleo Executivo, IEFP, GIP e escolas do concelho	Relatório das ações realizadas

2. Organizar iniciativas que possam dar a conhecer casos de sucesso de escolarização/ formação (seminários, encontros...)	2014	Nº de iniciativas realizadas	Comunidade escolar	Núcleo Executivo, IEFP, GIP e escolas do concelho	Relatório das iniciativas desenvolvidas
3. Criar mecanismos de divulgação das ofertas formativas e de emprego na Rede através da criação de um espaço virtual	2012	Nº de ofertas de formação e emprego divulgados	População do concelho	Núcleo Executivo e GASSF	Site construído e nº de visitas ao site

5| Conclusão

O Plano de Desenvolvimento Social aqui apresentado, como já referido, pretende ser um conjunto de ações que, tendo em conta os objetivos definidos e os eixos de intervenção prioritários, devendo ser consubstanciado por um Plano de Ação previsto para um ano civil até ao limite de 3 Planos de Ação.

Promover o desenvolvimento local torna-se imperativo considerando os 4 eixos de intervenção priorizados no âmbito do Diagnóstico Social, procurando ir ao encontro das necessidades reais da população alvo de intervenção deste CLAS. Desta forma, a constituição de grupos de trabalho temáticos permite adequar cada Plano de Ação anual, promovendo respostas específicas para grupos vulneráveis e demais população residente no concelho de Viseu.